

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.668.324 - SP (2020/0042357-0)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : TÂNIA MARIA DOS SANTOS**  
**ADVOGADOS : RACHEL BENTO DOS SANTOS - SP289903**  
**CAROLINA HELENA FREITAS PRADO - SP283864**  
**CAMILA RODRIGUES FERREIRA - SP336062**  
**AGRAVADO : PANAMERICANO ADMINISTRADORA DE CONSORCIO**  
**LTDA**  
**ADVOGADOS : FELICIANO LYRA MOURA E OUTRO(S) - PE021714**  
**TENYLLE PESSOA QUEIROGA - PE028495**  
**NIZA VIRGINIA DA MATTA GUAHYBA - PE047782**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por TÂNIA MARIA DOS SANTOS, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Consórcio. Desistência. Exclusão de participante de plano de consórcio. Inaplicabilidade da cláusula penal, por ausência de demonstração do efetivo prejuízo. Atualização do valor a ser restituído consoante o art. 30, da Lei 11.795/2008. Juros de mora a partir o término do prazo de 30 dias contados da data prevista para o encerramento do grupo. Recurso parcialmente provido. (fl. 273).

O recorrente colaciona paradigmas a fim de demonstrar divergência jurisprudencial quanto à correção monetária de valores devolvidos pela desistência de contrato de consórcio, conforme a Súmula 35/STJ.

É o relatório. Decido.

Na espécie, não se revela cognoscível a interposição do apelo nobre com base na alínea "c", do art. 105, inciso III, da Carta Magna, quando a demonstração do dissídio interpretativo se restringe à mera transcrição de ementas, sendo absolutamente indispensável o efetivo cotejo analítico entre o aresto impugnado e os acórdãos paradigmas, declinados ao exame da identidade ou similitude fática entre estes, nos moldes legais e regimentais, mister não desincumbido pelo postulante no caso em apreço.

Na mesma direção, já se pronunciou o Superior Tribunal de Justiça: "É

# *Superior Tribunal de Justiça*

entendimento pacífico do STJ que a parte deve proceder ao cotejo analítico entre os julgados confrontados e transcrever trechos dos acórdãos que configurem o dissídio jurisprudencial, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas. (AgInt no AREsp n. 945.538/AL, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe 20/11/2017).

Nesse sentido, os seguintes julgados: AgInt nos EREsp 1.416.320/SE, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Seção, DJe 27/2/2019; AgInt nos EAREsp 407.728/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Segunda Seção, DJe 18/4/2018; AgRg no AREsp 692.989/PE, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe 19/2/2019; AgInt nos EAREsp 313.624/MG, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe 28/9/2018; e AgRg nos EAREsp 1.061.728/PE, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe 15/8/2017.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente